

COMISSÃO DE SAÚDE

RELATÓRIO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Projetos de Lei n.ºs 1007/XIII/4.ª BE (*Acesso à identidade civil dos dadores de gâmetas por pessoas nascidas em consequência de tratamentos ou procedimentos de procriação medicamente assistida e criação de uma norma transitória para dívidas anteriores a 24 de abril de 2018*); 1010/XIII/4.ª PSD (*Regime de acesso à informação sobre a identificação civil dos dadores no âmbito dos processos de procriação medicamente assistida*); 1024/XIII/4.ª PS (*5.ª alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho – Lei da Procriação Medicamente Assistida*) – *adequa o regime de confidencialidade dos dadores ao disposto no Acórdão n.º 225/2018, de 24 de abril de 2018, do Tribunal Constitucional*); 1031/XIII/4.ª PCP (*Estabelece o regime de confidencialidade nos tratamentos de procriação medicamente assistida – 5.ª alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, que regula a utilização das técnicas de procriação medicamente assistida*); 1033/XIII/4.ª PAN (*Procede à 5.ª alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho*)

1. Os Projetos de Lei n.ºs 1007/XIII/4.ª BE, 1010/XIII/4.ª PSD, 1024/XIII/4.ª PS, 1031/XIII/4.ª PCP e 1033/XIII/4.ª PAN, baixaram à Comissão de Saúde, na especialidade, a 6 de dezembro de 2018.

2. A Comissão constituiu um Grupo de Trabalho para analisar estas iniciativas na especialidade, coordenado pela Deputada Carla Cruz, do PCP.

3. O Grupo de Trabalho levou a cabo um conjunto de audições e recebeu contributos, que podem ser acedidos consultando cada uma das iniciativas.

4. O Grupo de Trabalho elaborou depois um Texto Final, por consenso entre os Grupos Parlamentares, registando-se apenas a ausência do PAN, que posteriormente informou rever-se neste Texto.

5. Este Texto Final foi objeto de votações indiciárias na reunião do Grupo de Trabalho de 24 de abril de 2019, nos seguintes termos:

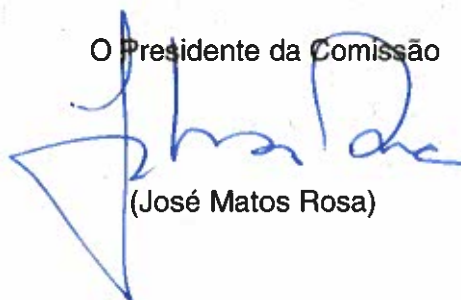
- Os artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º, bem como o título, foram aprovados por maioria, com os votos favoráveis do PSD, PS, BE e PCP e os votos contra do CDS-PP.

6. Na reunião da Comissão, de 2 de maio de 2019, em que estiveram presentes todos os Grupos Parlamentares, com exceção do PEV, foram ratificadas as votações indiciárias realizadas pelo Grupo de Trabalho.

7. Das votações enunciadas resultou o Texto Final que segue em **anexo**.

Palácio de São Bento, em 2 de maio de 2019

O Presidente da Comissão



(José Matos Rosa)